



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**MARCELA ANTONIO DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR:  
ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS**

**GUARABIRA – PB  
2016**

**MARCELA ANTONIO DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR:  
ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Professora Ms. Débora Regina Fernandes Benício

**GUARABIRA – PB**

**2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586e Silva, Marcela Antonio da  
A educação dos surdos no ensino superior: [manuscrito] :  
entre avanços e desafios / Marcela Antonio da Silva. - 2016.  
25 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Débora Regina Fernandes Benício,  
Departamento de Pedagogia".

1. Libras. 2. Surdez. 3. Inclusão Escolar. 4. Acessibilidade.  
I. Título.

21. ed. CDD 419

MARCELA ANTONIO DA SILVA

A EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR:  
ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS

Aprovada em 19 de outubro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Débora Regina Fernandes Benício

Profa. Ms. Débora Regina Fernandes Benício (UEPB/DE)  
(orientadora)

Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Professora Ms. Márcia Cristiane Ferreira Mendes (UEPB/DE)  
(Examinadora)

Aline de Fátima da Silva Araújo

Professora Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo (UEPB/DE)  
(Examinadora)

Dedico este TCC primeiramente a DEUS por ter me dado forças, aos meus pais, amigos e professores. Pela dedicação e apoio durante esse período tão difícil da minha vida, a quem eu devo gratidão pelo carinho e confiança por ter me ajudado a chegar a este momento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, primeiramente, por ter me dado uma família maravilhosa e me permitido realizar os meus objetivos com sucesso.

Aos meus pais e irmã, que estão sempre ao meu lado me apoiando e me dando forças em minhas decisões. Amo muito vocês.

Agradeço aos meus professores, que sempre me incentivaram a seguir em frente e nunca desistir diante das dificuldades.

Em especial, também, a minha orientadora, Professora Débora Regina Fernandes Benício, pela paciência e pelas importantes contribuições para este trabalho e por me incentivar a buscar cada vez mais conhecimento. Obrigada por tudo.

“Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente.

Não sou.

Sou surda.”

Emmanuelle Laborri

## LISTA DE SIGLAS

<b>C.F</b>	Constituição Federal
<b>DB</b>	Decibéis
<b>LIBRAS</b>	Língua Brasileira de Sinais
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>UFPB</b>	Universidade Federal da Paraíba
<b>UNESCO</b>	abreviatura da expressão inglesa de United Nations Educational Scientific and Cultural Organization; Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas
<b>UNICEF</b>	United Nations International Children's Emergency Fund; Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
2.	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PARA SURDOS E SEUS AVANÇOS.....	11
3.	SURDEZ.....	14
3.1	Surdez e outros significados.....	15
4.	LIBRAS.....	16
5.	METODOLOGIA.....	16
6.	RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS.....	18
7.	CONCLUSÃO.....	22
	REFERÊNCIAS.....	23

## A EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS

Marcela Antonio da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho objetivou verificar as dificuldades encontradas por alunos surdos do nível superior, a fim de gerar reflexões a respeito do tema abordado. Para a construção desse texto, a pesquisa delineou o seguinte problema: Quais as barreiras identificadas pelos alunos surdos no ensino superior? Metodologicamente, foi utilizado um estudo exploratório e descritivo. Quanto à abordagem, este assumiu um caráter qualitativo e, como instrumento de coleta de dados foi empregada à observação direta e a entrevista pré-estruturada. Para a fundamentação teórica deste trabalho, foram utilizados alguns autores da área estudada, como MANTOAN (2006), LODI (2009), GESSER (2009), dentre outros autores e documentos legais tais como a Constituição Federal de 1988, a LDB nº. 9.394/96, o Decreto nº. 5.626/2005 e a Lei da Acessibilidade (Lei nº. 10.098/2000). Dessa forma, pôde-se concluir através das dificuldades enfrentadas por esses alunos, que se faz necessário que as universidades elaborem material adequado, de forma clara, e contratem intérpretes acolhendo os alunos que precisam utilizar outra língua para se comunicar para que de fato os seus direitos sejam efetivados e aconteça a inclusão social da comunidade surda.

Palavras-chaves: Libras; Surdez; Inclusão Escolar; Acessibilidade.

### 1. INTRODUÇÃO

Atualmente têm crescido o número de jovens e adultos com deficiência, que ingressam no Ensino Superior, esse aumento se dá por causa das mudanças que ocorreram ao longo das décadas, a partir das quais temos consideráveis marcos legais na educação dos surdos. Sendo assim, é de suma importância que se faça cumprir o direito de todos segundo a nossa Constituição de 1988.

O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 (art. 2º), que dispõe sobre o atendimento educacional especializado deixa explícito que a produção e distribuição

---

<sup>1</sup> (\*) Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UEPB Câmpus III.

de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo. (BRASIL, 2010, p. 28). Mas, a educação no Brasil tem um "buraco" entre a efetivação do direito assegurado por lei e a aplicação do mesmo. A primeira etapa para alterar esta situação é colocar em prática a educação para todos com o compromisso social de torná-la realidade. Não bastam criar leis e deixá-las no papel, nossos governantes tem que aplicá-las, colocando-as em prática.

Quanto à inclusão do estudante com necessidades especiais, há uma batalha constante para este obter o seu reconhecimento em meio à sociedade. A Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, estimularam a Educação Inclusiva a buscar o acesso de todos à escola, através da criação de mecanismos e práticas educacionais que atendam às necessidades dos alunos.

É bom ressaltar que a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular, não significa apenas sua inserção nas salas comuns.

Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (GLANT e NOGUEIRA, 2002, p.26 apud MANTOAN e PRIETO, 2006 p. 42).

É com essa perspectiva que surge a minha inquietude de investigar com um olhar mais crítico e científico a relação que se tem entre o direito e acessibilidade, com fins de apresentar as dificuldades e ações para o processo de inclusão de pessoas surdas no ensino superior, tendo como sujeitos de pesquisa alunos que frequentavam a UFPB. A pesquisa não pode ser realizada na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) campus III Guarabira por não ter estudantes surdos cursando o ensino superior

Este trabalho apresenta o seguinte problema a ser investigado: Quais as barreiras identificadas pelos alunos surdos no ensino superior?

Serão perseguidos os seguintes objetivos: Objetivo geral: contribuir com a inclusão social de estudantes surdos; Objetivos específicos: a) apresentar um breve

histórico da educação dos surdos e seus avanços; b) apresentar a Libras e c) discutir sobre os desafios ou dificuldades para a efetivação da educação do surdo no nível superior.

Nessa perspectiva, esta pesquisa se justifica como relevante para a Pedagogia, por se tratar de uma temática atual e interdisciplinar para a área, envolvendo a comunicação e a cooperação do profissional pedagogo com diversos profissionais na área da educação, contribuindo com esclarecimentos para o melhor desenvolvimento do trabalho nas instituições educacionais inclusivas.

Assim, na Pedagogia, o processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais passa a ser uma prática cada vez mais aperfeiçoada. Trata-se de um aprendizado diário sobre as especificidades de cada indivíduo com necessidades educacionais específicas. Para a sociedade em geral, é um tema bastante relevante e imprescindível, por se tratar da inclusão das referidas pessoas no ensino superior, nas classes comuns, sem descartar a necessidade de manutenção dos serviços de ensino especial. Visto que de acordo com a Lei nº 9394/96 “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família.” Em especial, o Art. 208, da Constituição Federal de 1988, inciso III diz que, “deverá, ser oferecido atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino”.

Para a elaboração desse trabalho foram utilizados alguns autores da área estudada, como MANTOAN (2006), LODI (2009), GESSER (2009), dentre outros autores e documentos legais tais como a Constituição Federal de 1988, a LDB nº. 9.394/96, o Decreto nº. 5.626/2005 e a Lei da Acessibilidade (Lei nº. 10.098/2000).

O trabalho está estruturado em quatro partes, incluindo esta “Introdução”; A educação dos surdos no Brasil e seus avanços; LIBRAS; Metodologia; Resultados e análise dos dados. Por fim, vem a “Conclusão” onde se encontra uma reflexão final sobre o nosso trabalho de pesquisa.

## **2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PARA SURDOS E SEUS AVANÇOS**

Não só os surdos mas todos os deficientes sofreram muito desde a Antiguidade, quando eram abandonados e mortos ou deixados à própria sorte. Os

abusos no passado eram assustadores. Na Idade Média, o fato de não escutarem os tornavam pessoas consideradas incompetentes, sendo totalmente afastados da sociedade, eram vetados de casar, não podiam herdar nenhum tipo de bens, era negado qualquer tipo de ensino, sendo impedidos até de conviver com outras pessoas totalmente privados de seus direitos básicos.

Segundo Mendes (2006, p.387) no século XVI, foi desenvolvido um trabalho educacional, desafiando os conceitos vigentes daquela época, para assim poder inserir esses indivíduos na educação formal.

O início da educação para surdos no Brasil começa com a primeira escola específica criada a pedido de Dom Pedro II em 1855, onde ele convida para o Brasil o professor surdo francês Eduard Huet com a finalidade de criar uma escola para surdos no Rio de Janeiro. Mas, só em 26 de setembro de 1857 é que a escola é fundada, tornando-se o primeiro Instituto para surdos no país, recebendo o nome de Instituto de Surdos-Mudos (ISM). Tempos depois o nome do instituto foi mudado para Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM) onde pais de todo o Brasil começaram a requerer o ambiente de ensino para deixarem seus filhos já que o mesmo funcionava como internato. Não eram ensinadas apenas atividades relacionadas à educação, os meninos podiam aprender a ter uma profissão e as meninas a cozinhar e fazer atividades manuais. (LOURENÇO, BARANI, 2011, p. 09 )

Com o INSM, os surdos passam a ter um lugar especializado e a adquirirem contato com a língua de sinais francesa. Como vinham alunos das mais diversas localidades, os surdos já traziam consigo uma espécie de comunicação própria, nesse momento começa a difundir a LIBRAS. (LOURENÇO, BARANI, 2011, p.08)

No ano de 1957 o INSM sofre sua modificação mais significativa deixando de utilizar o nome Mudo em sua nomenclatura, uma grande conquista, já que suas ideias de luta durante séculos previam o reconhecimento dessa comunidade deixando de INSM para se tornar Instituto Nacional de Educação de surdos (INES).

Em razão de ser a única instituição de educação de surdos em território brasileiro e mesmo em países vizinhos, por muito tempo o INES recebeu alunos de todo o Brasil e do exterior, tornando-se referência para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos. (BRASIL, 2015 )

Em 1987 foi fundada no Brasil a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos) também no Rio de Janeiro. Mas só conseguiu uma sede própria em 1993. Em torno da educação de surdos sua história é marcada por embates, contestações e argumentos sobre qual método deveria ser aplicado para educá-los. (LOURENÇO, BARANI, 2011, p. 09)

(...) Nos últimos cinco séculos à luz de diferentes teorias, pode-se observar que o foco dos debates sempre esteve relacionado a questões linguísticas, ou seja, se os surdos deveriam desenvolver a linguagem oral (acompanhada ou não de sinais) e, assim, sua educação ser realizada e pensada a partir da língua utilizada pelos ouvintes; ou se deveria ser permitido a eles o uso da língua de sinais, cujo reflexo seria também sentido nas esferas educacionais, cujas questões próprias – métodos de ensino, práticas realizadas, conteúdos ensinados – pouco (ou não) foram enfatizadas. (LODI e LACERDA, 2009, p.11 apud LODI, 2004 p.282).

Em 2000, temos a Lei da Acessibilidade, Lei nº 10.098, que em seu capítulo VII trata da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização. Vejamos os artigos 17 e 18 desta Lei:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Quando a Lei nº 10.436 em 24 de Abril de 2002 foi regulamentada, os surdos passam a ter a LIBRAS reconhecida como meio legal de comunicação e expressão. (BRASIL, 2005, p.12).

Foi somente após esta data que, pela primeira vez, em nível nacional, iniciaram-se discussões relativas à necessidade do respeito à particularidade linguística dos surdos e do uso desta língua nos espaços educacionais e, portanto, o desenvolvimento de práticas de ensino atentas a esta especificidade (LODI e LACERDA, 2009, p. 13).

Com todo esse avanço que a lei oferece aos surdos, infelizmente isso só aconteceu no século XXI após várias décadas de exclusão social, extermínio, sofrimento e piedade sendo omitido o direito à sua língua. Com o Decreto nº 5.626/2005, a pessoa surda passa a ser considerada aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o Desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir esses direitos. (BRASIL, 2010, p.15 )

No decorrente ano a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO lançam o plano de educação em Direitos Humanos, que objetiva, dentre suas ações, contemplar, no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiências e desenvolver ações afirmativas que possibilitem acesso e permanência na educação superior. (BRASIL, 2010, p.15 )

### **3. SURDEZ**

Quando nos perguntamos o que é surdez, podemos responder de várias formas, como perda de audição, deficiência, mas segundo a publicação intitulada como “O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa” (2004, p. 10), “a surdez consubstancia experiências visuais do mundo”. Do ponto de vista clínico, comumente se caracteriza a surdez pela diminuição da acuidade e percepção auditiva que dificulta a aquisição da linguagem oral de forma natural.

A surdez pode ser ocasionada por diversos motivos, como acidentes que afetem a região auditiva, avanço da idade, sons altos, dentre outros fatores.

Conforme GROCE, (2009, p.72 *apud* GESSER, 1985, p. 22) “dentre as causas congênitas, o contato do embrião ou feto com os vírus da rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus e herpes são as causas mais recorrentes”.

Existem diagnósticos que detectam o grau da surdez desde cedo, como é o caso do teste da orelhinha, realizado em crianças recém-nascidas. Também existem outros tipos de exames que podem ser realizados durante o decorrer da vida.

Ainda segundo Gesser (2009, p.72) “o grau de surdez pode variar de leve a profundo”. A perda da audição pode ser classificada em graus: leve, moderada, severa e profunda que são calculadas em decibéis.

### **3.1 Surdez e outros significados**

A surdez pode ser definida por olhares diferentes, mostrando outros pontos de vista e campos a serem discutidos, está relacionada com questões de cultura, lutas, diferenças e conquistas.

Segundo SLOMSKI (2012, p.32 ) o modelo clinico-terapêutico defende o aprendizado apenas da língua portuguesa na sua modalidade oral escrita na escola, por entender que esta é a única possibilidade de integrar o surdo na sociedade majoritária ouvinte. Nessa concepção a surdez faz com que os surdos não sejam capazes de adquirir uma língua de forma natural.

A concepção social não parte do pressuposto que a surdez é um déficit ou patologia, é uma visão com o olhar voltado para o social e o que de bom o ser humano possui.

Neste paradigma os surdos não veem a surdez como uma doença, como um fenômeno negativo, algo que deveria ser “removido” de uma forma ou de outra. Pelo contrário, a surdez é vista como uma diferença, os próprios surdos ligam o conceito de surdez a conceitos como língua, comunidade identificação com outros grupos de surdos com cultura, história, tradição etc. ( SLOMSKI, 2012, p. 39 )

#### **4. LIBRAS**

Quando se fala em língua de sinais, muitos são os questionamentos, mitos e crenças acerca do assunto. Como em qualquer outra língua falada, uma língua de sinais varia de um país para outro, de um estado para outro e de uma região para outra com suas peculiaridades e regras, como é o caso dos sotaques e gírias que utilizamos. Se um surdo brasileiro for para outro país provavelmente ele não irá compreender o surdo estrangeiro.

Assim, a Língua de sinais oficial da comunidade surda no Brasil é a LIBRAS ou Língua Brasileira de Sinais.

Conforme O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (2004, p. 23), “Na língua brasileira de sinais, os sinalizadores estabelecem os referentes associados como uma localização no espaço”. Tais referentes podem estar fisicamente presentes ou não. Depois de serem introduzidos no espaço, os pontos específicos podem ser referidos ao longo do discurso.

Os sinais não são aleatórios eles possuem o reconhecimento linguístico, tais como a fonologia, semântica, morfologia e sintaxe, e, é necessário que exista um conhecimento para poder formular frases com contexto, utilizando as configurações de mãos, espaço e expressão fácil.

A crença ainda é muito forte na sociedade ouvinte, de que a língua de sinais dos surdos não tem gramática e está ancorada na crença de que falamos a seguir: de que elas não passariam de mímicas e pantomimas. (GESSER, 2009, p.19)

É preciso que tenha mais divulgação, tornando a língua de sinais mais acessível aos surdos, e assim, expor o que é uma língua natural expressada através do visual e espacial.

#### **5. METODOLOGIA**

Levando-se em consideração o caráter científico deste trabalho, nesta seção será apresentada a metodologia desta pesquisa.

A natureza desta é pesquisa qualitativa. Foram realizadas entrevistas com surdos para saber quais eram suas principais dificuldades. Também aproveitamos nossa própria vivência junto a pessoas surdas.

Este trabalho caracteriza-se como um estudo exploratório desenvolvido na pesquisa e vivência do observador propondo uma visão geral de um determinado fato, as dificuldades e obstáculos adquiridos na aprendizagem no ensino do surdo.

Foram feitas entrevistas com alunos do curso de Letras Libras da UFPB-Virtual, onde buscamos uma interação contextual e analítica entre a pesquisadora e o objeto estudado. É um método fundamentado na discussão de coparticipação das situações dos informantes analisados, a partir da significação que eles dão ao seu processo curricular.

O campo escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Segundo Oliveira, (2007, p.97) as categorias empíricas emergem da pesquisa de campo, onde para cada questão formulada ou para cada item do roteiro de entrevista estabelecemos as categorias empíricas.

O universo de estudo da pesquisa foi a UFPB VIRTUAL com o curso de Letras Libras que tem como foco a formação de profissionais aptos para atuar como professores da língua brasileira de sinais nos níveis de ensino fundamental (a partir do 6º ano), médio e superior, sejam na docência da sua área de competência ou na gestão do trabalho educativo.

A amostra foi composta por dez estudantes surdos de Letras- Libras da UFPB com faixa etária de 26 a 47 anos. Um curso de licenciatura que tem como objetivo, formar professores para atuar no ensino da língua brasileira de sinais como primeira e segunda língua, no Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano e no Ensino Médio.

Para a realização da coleta de dados deste trabalho foi realizada uma entrevista pré-estruturada utilizando o mesmo padrão a cada entrevistado, para obter o máximo de informações com estudantes de Letras- Libras da UFPB. Segundo Oliveira, (2007, p.87) a gravação da entrevista é muito importante para se ter com precisão o registro de tudo que foi dito na entrevista. Mas durante a entrevista não foi permitido o uso de nenhum meio para gravação, apenas o auxílio de um interprete ouvinte.

## 6. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

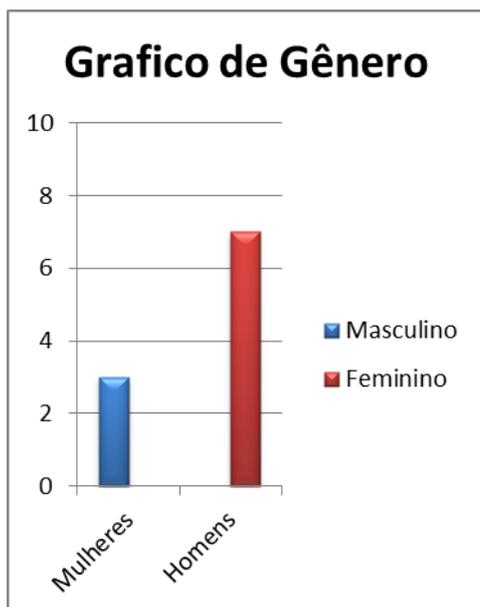
Para compreender determinados processos no ingresso dos alunos surdos no ensino superior, foi realizada uma abordagem de qualitativa, buscando compreender a contribuições e problemas de um determinado grupo que faz parte da nossa sociedade.

Uma vez escolhida a árvore, vamos nos fixar em apenas uma folha, que simboliza uma mostra da totalidade. Assim, façamos o afunilamento dos nossos questionamentos iniciais e chegaremos ao delineamento do nosso objeto de pesquisa. (OLIVEIRA, 2007, p.45)

A coleta de dados que ocorreu por meio de entrevista, permitiu uma relação entre a parte teórica e a realidade dos alunos surdos com descrição de fatos que facilitaram o entendimento e ajudaram a somar a pesquisa.

O processo de entrevista ocorreu com a ajuda de uma intérprete para não suscitar dúvidas tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador, de forma individual com alunos que prestaram vestibular para a UFPB . Com bases nos dados foi traçado um perfil, para amostra da pesquisa.

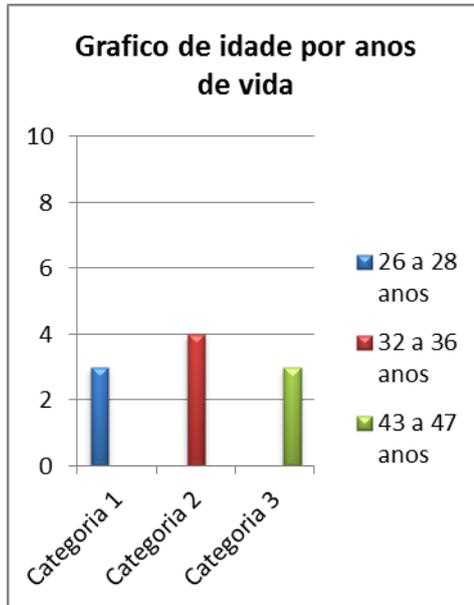
**Gráfico 1: Gênero**



De acordo com o gráfico 1 a maioria dos estudantes surdos entrevistados era do gênero masculino. Isso nos demonstra que os homens apresentaram um

destaque quanto ao ingresso no ensino superior. Enquanto às mulheres ouvintes são maior número nas universidades, já as mulheres surdas se apresentaram em menor quantidade.

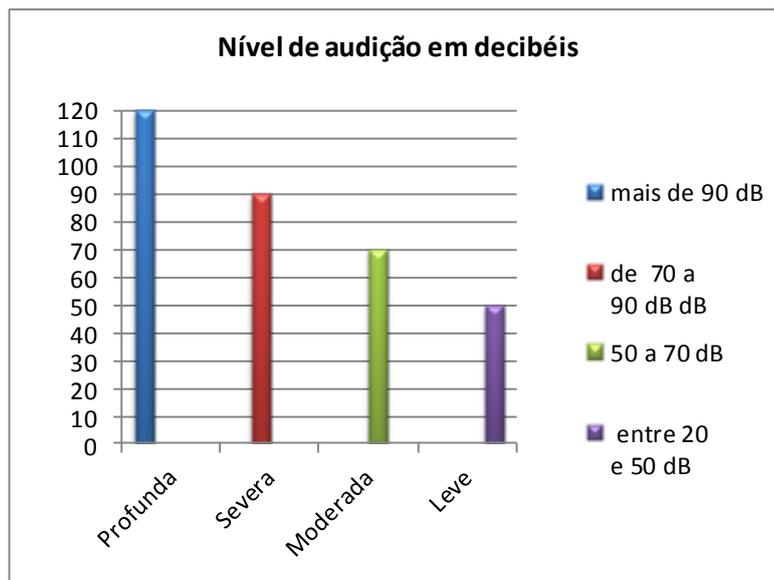
**Gráfico 2: Idade**



Os estudantes ouvintes iniciam a vida acadêmica muito jovem, em média aos 17 anos, mas como percebemos no gráfico 2 a idade dos estudantes entrevistados varia muito, onde a idade mínima foi de 26 anos. Com base nos dados podemos ressaltar que há um número relativo de alunos surdos com idade mais elevada cursando o ensino superior.

O Censo da Educação Especial na Educação Superior registra que, entre 2003 e 2005, o número de alunos passou de 5.078 para 11.999 alunos, representando um crescimento de 136%. A evolução das ações referentes à educação especial nos últimos anos é expressa no crescimento de 81% do número de municípios com matrículas. (BRASIL, 2010, p. 18)

**Gráfico 3: nível em decibéis**



Outro ponto também investigado foi o grau de surdez, dos dez entrevistados. O gráfico 3 representa os níveis apontados; só um possuía a surdez leve, dois possuíam surdez moderada, seis possuíam surdez severa e um possuía surdez profunda. Mesmo com graus diferentes, foram relatadas dificuldades muito semelhantes, relacionados desde a prestação da prova até a entrada no curso.

#### **Relato do entrevistado X:**

*“Falta intérpretes capacitados para ajudar os surdos na hora da prova, salas adequadas para a realização da prova. A compreensão dos textos, pois falta clareza nos textos”.*

#### **Relato do entrevistado V:**

*“Eu senti dificuldade na redação o português é trocado, a parte de interpretação é muito profunda diferente da LIBRAS”.*

#### **Relato do entrevistado H:**

*“Falta de intérprete Libras quando fui fazer o vestibular que dificultou a comunicação”.*

Segundo AZEREDO (2006, p. 26), O decreto de nº 5.626/2005 em seu capítulo IV art.14 diz que:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior, o ensino da língua portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas.

Dessa forma, as dificuldades mais citadas pelos entrevistados foram mais com relação à falta de intérpretes e à dificuldade com o português, pois são avaliados em uma língua diferente da que eles usam no cotidiano.

Sabendo que a educação brasileira tem grandes desafios a conquistar, foi perguntado durante a entrevista, que medidas serviriam para melhorias da qualidade da educação de estudantes surdos. Eles apresentaram as seguintes respostas:

**Relato do entrevistado X:**

*“Um material adequado, elaborado de forma clara para melhor compreensão por parte dos surdos, por estarem fazendo o curso numa segunda língua”.*

**Relato do entrevistado V:**

*“Contratação de profissionais (professores) que saibam LIBRAS”.*

**Relato do entrevistado H:**

*“Ensinar os conteúdos em LIBRAS, não em português porque o surdo tem dificuldade para entender”.*

As respostas dos entrevistados correspondem ao que observei a partir da convivência com pessoas surdas, ou seja, existe a falta de material didático e até mesmo de estrutura para o aprendizado dos indivíduos, com a falta de intérprete e interpretação para a sua língua fonte (LIBRAS).

Quando ficam comprometidos os direitos e a acessibilidade, já garantidos na legislação do nosso país, também fica comprometida a inclusão social dos cidadãos surdos. O que nega todas as políticas atuais voltadas para esta finalidade.

## **7. CONCLUSÃO**

A inclusão está muito presente na atualidade e foi pensando nisso que este trabalho analisou as dificuldades enfrentadas por alunos surdos no ensino superior, visto que eles já tiveram toda uma vida estudantil.

Muito se foi feito para garantir essa inclusão, mas, durante o processo de entrevista, podemos perceber que, mesmo assegurada por leis, a inclusão ainda está a caminhar a passos lentos, como os entrevistados citam que suas atividades são realizadas em português, o que dificulta o entendimento, estando nítido, porque existe uma diferença em sua organização de escrita. Segundo Lima (2006, p. 67) “A língua de sinais tem uma organização de escrita própria, diferente do português falado”. Se um surdo vai dizer, por exemplo, ‘eu vou à festa’, ele sinaliza primeiro ‘Festa, eu ir’. Isso faz com que os estudantes surdos tenham mais dificuldades quando tem que fazer leituras e escrever em português, visto que a LIBRAS é sua primeira língua.

Conforme Mantoan (2006, p.32) “uma das maiores barreiras para mudar a educação é ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar em nossa velha forma de ensinar”.

Se o momento em que educação vive é de mudanças, por que não ouvir as pessoas que necessitam dessas mudanças para melhorar o ambiente no qual estão inseridas, já que se não oferecemos meios pedagógicos íntegros continuamos a excluir os alunos?

Nosso estudo revelou as dificuldades e os avanços encontrados por eles na instituição de ensino na qual estudam, além das outras garantias legais que os surdos de um modo geral obtiveram aos longo dos anos, mas chegamos à conclusão que se faz necessário que as universidades elaborem material adequado, de forma clara, e contratem intérpretes acolhendo os alunos que precisam utilizar

outra língua para se comunicar para que de fato os seus direitos sejam efetivados, aconteça a inclusão social da comunidade surda.

## EDUCATION OF DEAF IN HIGHER EDUCATION: BETWEEN ADVANCES AND CHALLENGES

### ABSTRACT

This study aimed to verify the difficulties encountered by deaf students in higher education in order to generate reflections on the topic discussed. For the construction of this text, the research outlined the following problem: What are the barriers identified by deaf students in higher education? Methodologically, we used an exploratory and descriptive study. As for the approach, this has taken a qualitative and, as a data collection instrument was used to direct observation and pre-structured interview. For the theoretical basis of this work, we used some authors of the study area, as MANTOAN (2006), LODI (2009), GESSER (2009), among other authors and legal documents such as the Constitution of 1988, LDB no. 9.394 / 96, the Decree. 5626/2005 and Accessibility Act (Law no. 10,098 / 2000). Thus, it could be concluded by the difficulties faced by these students, it is necessary that universities develop suitable material, clearly, and hire interpreters accepting students who need to use another language to communicate so that in fact their rights to take effect and happens to social inclusion of the deaf community.

Keywords: Pounds; Deafness; School Inclusion; Accessibility.

### REFERÊNCIAS

AZEREDO, Eduardo. Senado Federal. **Língua brasileira de sinais “uma conquista histórica”**. Senado Federal Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília, OS, n. 03747, 2006. Disponível em <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>  
Acesso em 06 jul. 2016 as 15:00.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em 02 jul. 2016 as 9:00 horas.

\_\_\_\_\_. **Decreto** nº 6.571/2008 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm)> Acesso em 29 set. 2016 as 20:10.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 5.626/2005.** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)> Acesso em 29 set. 2016 as 20:20.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.098 de dezembro de 2000 (Lei da Acessibilidade).** Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm)> Acesso em 02 jul. 2016 as 17:00

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 9.396,** de dezembro de 2006 (LDBEN). Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9393.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9393.htm)> Acesso em 02 jul. 2016 as 17:40.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436/2002** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10436.htm)> Acesso em 29 set. 2016 as 20:00.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: secretaria de educação Especial, 2010. 72p

\_\_\_\_\_. **O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E LÍNGUA PORTUGUESA./** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94 p. : il.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS. Disponível em <<http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>> Acesso em 27/09/2016. 22:25.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade social.** São Paulo: Avercamp, 2006. 176p.

LODI, Ana Cláudia Balieiro. **Uma escola duas línguas:** letramento em língua portuguesa língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

LOURENÇO, Kátia Regina Conrad; BARANI, Eleni. **Educação e surdez: Um Resgate Histórico pela Trajetória Educacional dos Surdos no Brasil e no Mundo.** Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade. Disponível em: <http://editora-araraazul.com.br/novoeaa/revista,2011>. Acesso em 29/06/2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO Gavioli Rosangela. **Inclusão Escolar.** São Paulo: Summus, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil** Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso em: 29/06/2016.

OLIVEIRA, Maria Marli de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas**. Curitiba: Juruá, 2012